

Olivia Raposo da Silva Telles

**Questões de
Constitucionalidade
no Direito
Eleitoral
do Brasil, dos
Estados Unidos
e da França**

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2021

Copyright © 2021 by Olivia Raposo da Silva Telles

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

T274q

Telles, Olivia Raposo da Silva

Questões de constitucionalidade no direito eleitoral do
Brasil, dos Estados Unidos e da França / Olivia Raposo da
Silva Telles. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021.

184 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5510-474-5

1. Direito eleitoral. 2. Direito constitucional. 3. Controle
de constitucionalidade. 4. Supremo Tribunal Federal (STF).
5. Suprema Corte. 6. Conselho Constitucional. I. Título.

CDD 342.8107

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

I. Brasil

1 Introdução: Sistema misto de controle de constitucionalidade	3
2 Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.578 e Ações Declaratórias de Constitucionalidade nºs 29 e 30, 16 de fevereiro de 2012. Lei da Ficha Limpa	9
3 Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.650, 19 de setembro de 2015. Financiamento eleitoral	21
4 Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.617, 15 de março de 2018. Porcentagem do Fundo Partidário destinada às campanhas de candidatas mulheres	35

II. Estados Unidos

1 Introdução: Controle difuso	47
2 Citizens United v. Federal Election Commission, 21 de janeiro de 2010. Gastos independentes com propaganda eleitoral feitos por pessoas jurídicas	55
3 Shelby County v. Holder, 25 de junho de 2013. Disposições do <i>Voting Rights Act</i>	71
4 McCutcheon v. Federal Election Commission, 2 de abril de 2014. Limites agregados das doações de pessoas físicas para campanhas eleitorais	83
5 Rucho v. Common Cause; Lamone v. Berisek, 27 de junho de 2019. <i>Gerrymandering</i> com finalidade partidária	95

III. França

1 Introdução: Controle concentrado pela via incidental.....	115
2 Decisão nº 2010-6/7 – QPC de 11 de junho de 2010.	
Direito ao alistamento eleitoral de indivíduos	
condenados por certos crimes	123
3 Decisão nº 2011-117 – QPC de 8 de abril de 2011.	
Financiamento das campanhas eleitorais e inelegibilidade.....	127
4 Decisão nº 2012-233 – QPC de 22 de fevereiro de 2012.	
Publicação do nome e da qualificação dos titulares de	
mandato eletivo habilitados a apresentar um candidato	
à eleição presidencial.....	131
5 Decisão nº 2012-230 – QPC de 6 de abril de 2012.	
Incompatibilidades com o mandato de conselheiro geral	137
6 Decisão nº 2013-326 – QPC de 5 de julho	
de 2013. Incompatibilidades com o mandato de	
conselheiro municipal.....	141
7 Decisão nº 2014-407 – QPC de 18 de julho de 2014.	
Segunda fração da ajuda pública aos partidos e	
grupos políticos.....	145
8 Decisão nº 2014-432 – QPC de 28 de novembro	
de 2014. Incompatibilidade das funções de militar	
da ativa com mandato eletivo local	155
9 Decisão nº 2017-651 – QPC de 31 de maio de 2017.	
Duração dos programas nas emissoras públicas de	
TV e rádio na campanha para as eleições legislativas.....	161